



**ADNV**

**Acção Directa Não-Violenta**

Baseada no Guia teórico-prático “Como realizar una Acción Directa Noviolenta y no sucumbir en el intento”, publicado em Julho de 2010 pela Assembleia Antimilitarista de Madrid, Grupo Antimilitarista Carabanchel.



**C.A.G.A.**  
Contra A Guerra Age

[contra\\_guerra\\_age@riseup.net](mailto:contra_guerra_age@riseup.net)

# Como realizar uma ADN

## Antes

A preparação de uma ADN depende muito da acção concreta que se pretenda realizar. A preparação não é igual se somos cem pessoas dispostas a bloquear uma cerimónia importante num ministério ou se somos cinco e queremos ocupar um parque no nosso bairro. Se não tens nenhuma experiência na realização de ADN recomendamos-te que assistas a alguma oficina de formação em não-violência. Estas também são frequentemente utilizadas na fase de preparação de uma ADN, pois ajudam a estudar e, conseqüentemente, a prever as respostas dos seus protagonistas (activistas, polícia, população...) contribuindo para um melhor conhecimento da acção, da sua técnica, e das suas conseqüências.

## Análise da situação

Antes de começar a preparar qualquer acção directa ou campanha não violenta, é conveniente fazer uma análise da situação política, social, económica, etc. de modo a fazer uma descrição completa do problema e do seu contexto e assim, situar a acção ou campanha o mais próximo possível da realidade. As possibilidades de a mudar serão tão maiores quanto melhor for feito este trabalho.

Esta prioridade pode parecer uma perda de tempo, mas os frutos deste trabalho colhem-se a longo prazo, em benefícios como a coesão de grupo, visto que este realizou uma análise comum e partilha de objectivos e meios. Muitas vezes, as conclusões desta análise parecem evidentes e portanto, desnecessária a sua elaboração, mas a experiência ensinou-nos que há sempre muitas interpretações pessoais diferentes de dada situação e que há que colocá-las em cima da mesa desde o primeiro momento para evitar que, mais tarde e em ocasiões importantes, sejam causadoras de problemas e mal-entendidos. É muito importante que se considere esta análise como uma tarefa de todos, pois os enfoques pessoais e a participação da maioria das pessoas enriquecem muito as conclusões a que se chega. Estes primeiros momentos são fundamentais para a consciência de grupo.

Para ajudar nesta análise, deixamos aqui alguns pontos importantes a ter em conta, sobretudo ao planear uma campanha, mas que também servem como bons tópicos de discussão para a análise de uma situação por parte de um dado grupo activista:

- Conhecimento público do problema
- Conhecimento e sensibilidade dos meios de comunicação
- Conhecimento e sensibilidade por parte de outros grupos
- Possíveis apoios
- Relações de poder entre as partes em questão
- Como se vive o conflito dentro do grupo

## **Definição de objectivos**

Uma vez feita a análise da situação devemos pensar concretamente em objectivos e na forma da acção mediante a qual pretendemos atingi-los. Nesta fase, devemos delinear uma estratégia global da campanha em que a acção em questão se insere, e onde já devem estar descritos um objectivo final e alguns objectivos intermédios, bem como uma metodologia associada à campanha. Normalmente, a elaboração desta estratégia é um trabalho prévio e independente da preparação de uma acção concreta, e implica reuniões e encontros de trabalho específicos. Não obstante, antes de fixar o objectivo de determinada acção, integrada ou não numa campanha, é sempre importante reflectir e discutir sobre objectivos finais e intermédios.

Por exemplo, é importante ter a noção que é um pouco difícil alcançar um objectivo final, com apenas uma acção, seja ela do tipo que for, mas também é importante estabelecer um objectivo final que não seja completamente utópico, e assim por diante. Mas acima de tudo, é importante que, na altura de planear a acção, todas as pessoas que nela vão participar tenham bem claro qual ou quais os objectivos que se pretende atingir e quando se podem considerar atingidos. Nem valerá a pena referir que a acção tem de ser coerente com o objectivo que se persegue.

Esta gradação de objectivos da estratégia global pode e deve ser replicada e estabelecida no planeamento da acção em si. Para ajudar a estabelecê-los, enunciamos de seguida algumas características que consideramos importante que eles possuam:

### **Objectivos principais**

- *estar de acordo com a perspectiva ideológica do grupo*
- *aumentar o nível de consciência das pessoas participantes*
- *ser alcançável*
- *ser o culminar de uma conjunto progressivo de acções e actividades*

### **Objectivos intermédios**

- *determinados em função da análise imediata da situação*
- *incidem sobre a questão, circunstância ou pessoas mais sensíveis, ou que mais se deseja sensibilizar*
- *devem ser realizáveis a curto prazo, de forma a que todas as pessoas que compõem o grupo se sintam capazes de os realizar*
- *devem ser claros e precisos, e têm de ser bem compreendidos por todos os participantes*
- *devem estar integrados numa campanha global, relacionados entre si e ter um carácter progressivo com vista ao objectivo final*

Como já referimos acima, cada acção tenderá a conseguir um objectivo intermédio em vez de tentar atingir o objectivo final da campanha. Assim, em cada acção há que especificar um objectivo que seja:

- *concreto, claro e realizável.*

- *enunciado e anunciado claramente*

- *levado em conta durante a acção e avaliado depois desta*

Todo este planeamento pretende evitar que se cometam os erros típicos de ir improvisando acções à medida que nos parece necessário “fazer algo”. Erros como a repetição de acções por falta de uma análise completa da situação ou o não fazer o “trabalho de casa” entre cada acção, contribuem para romper a unidade do grupo pois fomentam a participação pontual, de descarga emocional, que mais do que ajudar a resolver a situação se destina a tranquilizar consciências e que debilita e desanima as pessoas que trabalham habitualmente nas actividades do colectivo.

## **Escolha do tipo de acção**

Uma vez definidos os objectivos torna-se necessário escolher o tipo de acção, ou acções, mais adequado. É importante manter um conceito lato de acção e não ficarmos apenas pela pergunta “ocupamos alguma coisa ou acorrentamo-nos?”. Se encararmos a acção desta forma, mesmo que descrita de uma maneira mais suave, corremos o risco de automatizar as acções do grupo e de conseqüentemente “cair na rotina”. Para ajudar, definimos aqui um conjunto de tipos de acção possíveis por ordem crescente de intensidade da luta:

### ***Acções de difusão:***

O seu objectivo é aumentar a consciência e o debate sobre os problemas ou situação sobre a qual se quer incidir. Exemplos: edição de publicações, conversas, colóquios, artigos de “jornal”, actos informativos, acções de contra-informação (guerrilha de comunicação, fakes, páginas web, etc).

### ***Acções de protesto e persuasão:***

Produzem uma consciencialização da existência de uma situação de injustiça, tornam visível o conflito e pretendem persuadir a outra parte. Devem utilizar-se preferencialmente no início das campanhas, para expor a nossa postura, ou periodicamente, para conseguir repercussão mediática. Exemplos: declarações públicas ou acções simbólicas em público, como manifestações, concentrações, vigílias, marchas, distribuição de flyers e comunicados, pinturas de murais, assembleias informativas no espaço público, petições, greves de fome limitadas, pressão sobre pessoas ou autoridades concretas, teatros de rua, etc.

### ***Acções directas de não-cooperação e pressão:***

Tentam coagir o adversário mediante a recusa propositada de realização de uma função, cuja execução é essencial para a manutenção da posição do adversário. Trata-se de organizar esta não-cooperação de tal forma que o maior número de pessoas possível se negue a colaborar com as estruturas, instituições, leis e regimes que criaram e mantêm a situação de injustiça. A coação torna-se eficaz a partir do momento em que os e as resistentes consigam secar a fonte de poder do adversário, de tal forma que este se veja privado dos meios para manter a sua posição e perca o controle da situação. Ter-se-á conseguido, assim, estabelecer uma relação de formas favorável aos resistentes. Exemplos:

**Acções de não-cooperação social e económica:** boicotes económicos (greves, recusa de pagamento de impostos, não consumo de certos produtos, etc.) e os boicotes sociais (nos serviços públicos, nas escolas, fechar-se em casa, a devolução e recusa de títulos, condecorações e cargos, etc.)

**Acções de não cooperação política:** acções de desobediência civil a leis ou situações injustas. São acções públicas e colectivas, como a insubmissão ou a não cooperação administrativa, que apresentam riscos concretos de repressão.

**Acções directas de intervenção:** São acções que pretendem enfrentar o adversário – e que, para além disso, procuram a maior repercussão e consciencialização pública possível, para aumentar o apoio ao movimento – e são habitualmente ilegais segundo o ordenamento jurídico vigente. Exemplos: acorrentamentos, bloqueios, obstruções, interposições, ocupações, piquetes, perseguição de personagens públicos, greves de fome ilimitadas, sabotagens, etc.

Obviamente, esta classificação não é pura; determinada acção pode incluir-se em uma ou mais categorias, e pode combinar-se ou complementar-se com outras acções.

### ***Para a escolha do tipo de acção há ainda que ter em conta:***

*-os valores que se manifestam ou associam a cada tipo de acção. Por exemplo, um bloqueio em forma de tapete faz-se para simbolizar que os responsáveis pela saída ou trânsito do que quer que esteja dentro do local bloqueado (mísseis, mercadorias, ...) não querem saber da população e estão dispostos a passar-lhe por cima. Um acorrentamento é óptimo para aludir a um preso ou a qualquer outra privação de liberdade.*

*- a incidência pública, positiva ou negativa, da acção. Às vezes, levam-se a cabo acções com um objectivo claro que fracassam porque não se teve em conta que*

*pressionar certo sector ou pessoa(s) pode ser contraproducente, tanto ao nível da opinião pública como relativamente à reacção do grupo que contém esse sector ou pessoa(s) implicada.*

## **Preparação técnica**

Nesta secção vamos ver todos os aspectos necessários para a preparação imediata de uma acção directa não violenta.

Muitas vezes esquece-se uma vantagem deste trabalho que no entanto tem uma importância especial que é favorecer a coesão do grupo. Uma boa preparação da acção ou campanha favorece a coesão de grupo no sentido em que proporciona uma maior sensação de segurança a todos os participantes. O treino prévio da acção também é muito importante neste sentido. Outro ponto importante para esta coesão é a tentativa de fazer participar, dentro das possibilidades de cada um, todas as pessoas do colectivo, assim como valorizar a sua participação. Esta atitude também fomenta o conhecimento mútuo, o que é muito importante para acções posteriores.

Deste bom ambiente no grupo, que deve existir antes e durante a acção, vão depender factores tão importantes como a motivação, o compromisso e a actividade criativa concreta de cada participante.

## **Estudo logístico**

A recolha de informação técnica é um dos passos da preparação de uma acção e é **INDISPENSÁVEL** para as acções de intervenção directa. Pode-se fazer com antecedência o estudo de vários locais significativos de forma a criar um arquivo onde se possa ir buscar informação no caso de ser necessário realizar uma acção com urgência. Não existem muitas coisas escritas sobre este tema e a lista seguinte foi baseada na experiência de acções anteriores. Evidentemente, pode e deve ser ampliada por quem quer pretenda realizar uma acção. O estudo deve incluir visitas ao local, fotografias, croquis, desenhos e medidas. Tudo isto com a descrição apropriada.

### **Local/vizinhança:**

- morada;
- ruas e o seu sentido de circulação;
- meios de transporte e densidade de tráfego;
- esquadras mais próximas: morada e telefone;
- locais oficiais nas proximidades e presença policial nos mesmos;
- ambiente da vizinhança: inclinações políticas, trânsito, escolas, locais de trabalho;
- formas de sair do local;
- proximidade de hospitais e centros de saúde;
- cabines telefónicas;

## **Dentro:**

- *presença policial no local: psp, gnr, judiciária e os seus turnos.*
- *dificuldades para entrar;*
- *horário de atendimento ao público;*
- *horário de funcionamento;*
- *croquis do interior: gabinetes importantes, acesso a varandas e janelas, acesso a portas e garagens. Arquivos, computadores, telefones e faxes.*
- *números de telefone e de fax;*
- *funcionários. Sindicatos;*
- *importância política do lugar: antecedentes;*
- *acontecimentos futuros no local: por exemplo, visita de políticos importantes;*
- *conhecimento e análise de acções anteriores no mesmo local;*

## **Fora:**

- *janelas: altura, como se abrem e fecham;*
- *tipo de fachada: de azulejo, de pedra.. se há canalizações....como se pode escalar, se é necessário utilizar escadas ou cordas.. como bloquear as portas;*
- *saídas de emergência. Conheçê-las, mas não as bloquear;*
- *garagens. Acesso no interior. Como bloqueá-las;*
- *influência de factores climáticos: sol, chuva, etc.*
- *visibilidade do interior sobre o exterior;*
- *largura da rua e dos passeios. Espaço disponível;*
- *visibilidade de fora da acção. Se há boas possibilidades para fotos e vídeos;*

Tanto dentro como fora é necessário prestar atenção às câmaras de segurança, tanto as públicas como as de estabelecimentos privados. Muitas vezes a polícia vê posteriormente os vídeos gravados por esses equipamentos. De qualquer forma, se utilizamos meios não violentos não temos nada esconder e não nos devemos preocupar excessivamente que nos gravem.

## **Materiais**

Uma vez planeada a acção é importante fazer uma listagem de todos os materiais que vamos utilizar e também quem fica encarregado de gerir cada um deles: comunicados de imprensa, panfletos, faixas, cartazes, megafone, correntes, cadeados, carros...

Definição dos "momentos" da acção (quando começa e quando acaba)

É importante ter bem claro, quanto tempo dura a acção, e especificar quando começa e quando termina, para evitar dúvidas entre os participantes ou num possível diálogo com a polícia, e também para não prolongar desnecessariamente uma acção cujo objectivo pode já ter sido atingido.

Para isso, deve ser acordado previamente o tempo que se crê necessário,

prevendo possíveis alterações devidas a condições variáveis como as climáticas, de segurança, detenções e repercussões imprevistas...se não ocorrer nenhum dos casos previstos para alterar a duração da acção, esta deve manter-se.

## **Nível de confronto e de treino**

Em muitos casos, especialmente se falamos de protestos públicos, é previsível que aconteçam momentos de tensão devido à intervenção das forças policiais.

Um dos primeiros pontos a discutir e a esclarecer na preparação de acções directas não violentas é precisamente que o comportamento dos participantes tem de ser não violento. Esta postura não deve ficar subentendida. Deve ser deixada clara, principalmente se há pessoas sem experiência a realizar acções deste tipo. Uma vez que todo o grupo o assuma é altura de se discutir que tipo de resistência não violenta se vai utilizar em cada acção. É importante ter em conta as características da acção e do grupo que a vai levar a cabo, e definir o grau de resistência que se vai manter com as forças policiais se tal vier a ocorrer sob pena de se perder a unidade do grupo e deixar em situação muito difícil todos os que participam na acção.

Não podemos deixar de recomendar que não se utilizem técnicas de acção não violenta sem as treinar previamente. O planeamento e o treino são muito importantes para nos familiarizarmos com as técnicas e podermos utilizá-las correctamente.

## **Questões jurídicas**

Toda a acção deste tipo acarreta um risco de se ser levado a uma esquadra ou presente a um juiz. Portanto, logo é muito importante que todos os participantes estejam conscientes disso e que se tente fornecer-lhes toda a informação possível acerca das responsabilidades legais que podem advir em consequência da acção. Só deste modo, o risco será assumido livremente.

Durante a preparação da acção é necessário decidir-se levar ou não a identificação. Caso se leve, o processo é mais rápido na esquadra.

### **Em caso de detenção, há algumas coisas que é importante saber:**

- a causa da detenção. Normalmente, na esquadra a policia entrega à pessoa detida uma folha com os seus direitos e nela deverá constar a causa da detenção. Os direitos são o de ser informado da causa da detenção, a contactar alguém, a não prestar declarações, a prestar declarações só sobre as perguntas que se quer, a que todas as diligências se efectuem na presença de um advogado e a solicitar o "habeas corpus" quando se tratar de uma detenção ilegal.
- no caso de haver feridos muito graves ou em que a policia abusa dos detidos é

bom pedir o “habeas corpus” porque assim é imediatamente retirado da esquadra e presente a juiz. No entanto, se usares este expediente sem uma boa razão podes em seguida ser devolvido à mesma esquadra ou até ser imediatamente transportado para a prisão.

- normalmente, as perguntas na esquadra são: se participaste na acção; que outras pessoas lá estavam; quem financiou a acção; de onde veio o material utilizado; se utilizaste em cartazes ou gritaste palavras de ordem como “blablabla” numa tentativa de te incriminar por injúrias; e se desobedeceste à ordem policial de dispersão.

- se foi decidido prestar declarações pode dizer-se no que consistiu a acção: que esta era não violenta na sua concepção e decorrer, apenas pretendemos manifestar a nossa opinião. Se não estiveres seguro de algo ou achares que é comprometedor para outras pessoas mais vale responder que não sabes ou mesmo não responder. Também se pode decidir um slogan ou uma frase que todos utilizam na altura de prestar declarações para responder a todas as perguntas.

- se foi decidido não prestar declarações devemos estar preparados para estar presos mais tempo.

**Obviamente que as questões jurídicas variam de país para país e ao ler este manual deves ter isso em conta e procurar informar-te acerca das leis que te interessam e os conselhos e apoio de um advogado.**

## **Relação com os meios de comunicação**

Qualquer campanha ou acção não violenta tem uma clara componente propagandística: que as pessoas em geral tomem consciência das nossas denúncias ou propostas alternativas e isso não depende só da excelência das mesmas. Muitas vezes é necessário que os meios de comunicação em massa estejam sensibilizados e informados e deste modo, predispostos a abrir-nos as portas para defendermos as nossas causas.

### ***Algumas sugestões para esta questão:***

- estabelecer prioridades e um calendário. Evitar a improvisação e que as principais decisões sejam tomadas por todo o grupo;

- programar e realizar dinâmicas de treino dos membros do grupo para o contacto com os jornalistas.

- elaborar e manter actualizado um dossier completo, ainda que simples, sobre as informações reportadas nos meios de comunicação (e de que o grupo tem conhecimento) acerca do tema da campanha. Providenciar cópias desse dossier à imprensa;

- organizar uma lista de contactos de todos os meios de comunicação (de massas e alternativos) onde seja fácil que nos publiquem alguma informação;

- manter com os responsáveis ou os contactos nos diversos meios de comunicação uma relação amistosa e um contacto humano para aumentar as nossas possibilidades de aceder ao seu meio de comunicação;

- enviar comunicados de imprensa completos e com fotografias para evitar manipulações e mal-entendidos;

- assegurar uma cobertura em foto ou vídeo para o caso da imprensa não comparecer à nossa acção;

**Como consequência óbvia de todo este trabalho, torna-se necessário que em cada campanha ou acção se crie uma equipa para os contactos com os meios de comunicação.**

## **Relação com as pessoas da rua**

**É recomendável tentar uma comunicação real com as pessoas que observem a acção. Há que ter em conta que muitas vezes o público pode ser um factor importante a nosso favor, mas também contra nós. Alguns conselhos:**

- facilitar a comunicação mantendo uma atitude activa. Nada de se ser uma estátua que entrega panfletos;

- fechar a comunicação e evitar confrontos com as pessoas que adoptem uma atitude hostil ou de gozo para com a acção;

- prever uma possível resposta a provocações durante a acção;

## **Criação de um grupo de apoio**

**É indispensável que algumas pessoas não tomem parte da acção e assumam em vez disso um trabalho de apoio à mesma. Não devem ser identificadas como participante da acção. O seu objectivo será o de observar que esta se desenrola, para recolher todo o tipo de informações que nos possam ajudar a avaliar a acção. Também devem observar o comportamento dos outros protagonistas (polícia, pessoas da rua, etc.) para ajudar a preparação de futuras acções.**

**Apenas no caso de detenção de algum participante da acção é que o grupo de apoio se revela para lhe dar toda a ajuda possível. Assim, não se deve cair no erro de deixar este trabalho só para pessoas com pouca experiência. A composição do grupo deve ser mista em termos de experiências em acções deste tipo.**

## **Antes do início da acção é necessário que este grupo:**

- elabore uma lista dos participantes na acção. Desta lista deve constar o nome, apelido, número de BI e telefone. Também se podem apontar outras informações relevantes relativamente a cada participante: contactos a fazer em caso de detenção, se toma medicamentos, se tem de voltar para o trabalho, etc.

- tenha um contacto seguro com os advogados, no caso de existirem;

- preveja todos os materiais de que possa necessitar: telemóveis, carros, lista de esquadras, etc.;

- prepare uma lista de meios de comunicação a contactar sobre o resultado da acção, prevendo a possibilidade de entrevistas.

- siga as pessoas detidas e procure ajuda jurídica ou qualquer outro tipo de apoio que necessitem.

## **Ensaio prévio da acção**

Ainda que muito brevemente é imprescindível ensaiar a acção de modo a: favorecer a coesão do grupo, aliviar alguma da angústia de “não saber o que se vai passar”, conhecer as pessoas que vão participar, treinar as técnicas de resistência, fazer uma última revisão da função de cada participante e os métodos de coordenação entre eles.

Falamos de um ensaio “a sério” e não apenas a uma revisão mental. Não deverá ser possível fazê-lo no local da acção (ou talvez seja) ou nas mesmas condições, mas é necessário fazê-lo da forma mais aproximada possível à realidade. É muito importante incluir no ensaio todos os materiais que se vão utilizar na acção.

## ***Uma nota sobre enfrentar o medo***

As emoções são estados (mentais e físicos) que nos impulsionam para uma acção. Podem fazer-nos fugir mas também nos podem paralisar.

O medo é uma emoção positiva no sentido em que constitui um mecanismo de sobrevivência. Em situações onde seja necessária rapidez e eficácia. Por isso, sentir medo é algo natural. A questão é como é que reagimos perante medo. Não devemos permitir que a nossa actuação seja condicionada por esse temor ou que nos paralise ao ponto de que ele dite as nossas decisões ou atitudes.

É imprescindível que durante a preparação de uma ADNV, se dedique muito tempo a trabalhar colectivamente a nossa relação com o medo, mediante a realização de uma oficina dedicada ou de dinâmicas nas quais se partilhem os medos individuais e colectivos.

## **Comunicados**

Uma acção pode ser convocada de antemão ou efectuada de surpresa. Deverá decidir-se qual a melhor opção para o êxito da acção.

Apesar de alguns pormenores poderem ser mantidos ocultos, isso não se deve tornar uma obsessão pois pode acabar prejudicando o desenvolvimento da acção.

Visto que a polícia tem meios para vigiar os computadores, não é demais ter alguns cuidados para que isso se torne mais difícil. Convém ter cuidado com as mensagens de e-mail e devem ser utilizadas mensagens cifradas. No entanto, nem toda a gente está à vontade com a utilização dessas ferramentas e corre-se o risco de deixar pessoas de fora por causa disso. Por vezes é melhor utilizar o telefone – embora estes também possam ser escutados – ou transmitir as mensagens de viva voz.

# DURANTE A ACÇÃO

Participar numa acção directa não violenta é, antes de mais, desfazer o mito no nosso interior de que não somos suficientemente bons ou inteligentes ou capazes para a realizar. A melhor forma de o fazer é tentá-la primeiro apenas com pessoas de confiança ou em grupos pequenos e ir aumentando a intensidade das acções à medida que estas se vão realizando.

## **Alguns conselhos simples para todos os participantes:**

- todas as pessoas se devem sentir responsáveis e autoras da acção. Ninguém deve actuar na qualidade de chefe;
- manter uma postura activa durante toda a acção. Isto significa manter sempre a comunicação entre os participantes, não perder o contacto com as pessoas da rua, fazer funcionar o mecanismo de toma de decisões acordado previamente;
- a nossa atitude ajudar-nos-á se for a mais relaxada possível, confrontando a provocação e a repressão com o bom humor e a festa. Se controlas a acção, comportando-te de forma não ameaçadora, é bem possível que consigas interromper um curso de acontecimentos que facilmente culminaria em violência. A animação musical é um aliado muito importante. Tenta criar um cenário novo para o teu adversário.
- se a policia ameaça dissolver a acção, é o momento de aplicar a estratégia prevista de antemão para este caso (como sentarmo-nos em silêncio ou a cantar para nos relaxarmos a nós e à polícia). Provavelmente terás de aguentar uma carga ou uma detenção. Nesses casos, resiste tão firmemente quanto possível, com dignidade, mas não brinques aos heróis nem aos mártires.
- uma vez colocado sobre escolta policial não te deixes afectar pelas provocações verbais e pela sua violência. Qualquer resposta no mesmo sentido apenas os excitará mais e servirá de desculpa para te reprimir ainda mais. Se optares por conversar com a polícia, mantém a calma e não entres em polémicas cegas, mas também não concordes com atitudes cruéis ou imorais.
- na medida em que aches conveniente tenta que os teus companheiros que estejam a ser objecto de provocações não se deixem levar por elas. Tranquiliza-os sem utilizar qualquer tipo de violência ou poderás aumentar a sua irritação. Não discutas ou interrompas. Desenvolve uma sensação de compreensão e empatia pela sua irritação para ajudar a focalizar aquela energia emocional em algo de construtivo e eficaz.
- aplica as técnicas de resistência que conheces (ver anexo 1). Fâ-lo com calma para não te magoares nem magoares ninguém, mantendo sempre uma atitude positiva. Há que ter em conta a tua capacidade de resistência mas não perder de vista a do resto dos participantes de modo a que, em caso de necessidade, os possas ajudar rapidamente. Por exemplo:

- imediatamente antes da carga policial, adopta uma posição que proteja o teu corpo e as suas partes vitais. Se possuis algum tipo de doença que possa ser agravada pela violência polícia fá-lo saber e insiste nisso;
- se optas por não cooperar fisicamente com a policia, utiliza as técnicas que estão descritas no anexo 1;
- se te sentes preparado podes solidarizar-te com quem está a ser reprimido so-mando-te à sua acção ou ocupando o seu lugar na acção;
- mantém um contacto visual directo com os outros tanto quanto seja possível. Isso ajuda a avisar de perigos, demonstra firmeza e humaniza a situação;
- tem cuidado com as pessoas que desconheces. Para maior segurança organiza-te num grupo de afinidade e desconfia de personagens que se mostram muito activos ou excitados para a violência.
- não faças movimentos bruscos. Move-te calmamente e tenta controlar a histeria colectiva que se pode desenvolver em caso de pânico e que pode provocar uma fuga desnecessária e inoportuna. Estas fugas podem provocar um pânico mais generalizado e inclusive atrair uma intervenção policial ainda mais violenta.
- a polícia pode utilizar cavalos e cães para te reprimir. Estes últimos servem para autodefesa dos policiais, não podendo ser lançados na multidão. Contudo, recorda que o medo perante os cães é o seu maior incentivo para atacar. Em caso de ataque, devemos tratar das feridas prestando especial atenção à limpeza e desinfecção. Relativamente aos cavalos, há duas coisas que devemos fazer: não nos colocar atrás deles e sentarmo-nos em grupo em frente a eles; se os cavalos não virem chão não avançarão. Se os cavalos têm os olhos tapados isto não funciona, mas podes começar a cantar (não gritar pois assim só os assustarias perigosamente) para os avisar do obstáculo e fazê-los mudar de direcção.
- se utilizarem canhões de água tenta segurar-te bem para não seres projectado. Normalmente usam canhões de água para dispersar grupos grandes mas também podem juntar tinta à água para posterior identificação dos manifestantes, bem como uma substância irritante.
- em eventos em que participa muita gente poderão utilizar helicópteros, para ter uma melhor perspectiva, gravar os acontecimentos ou se descerem muito para dificultar a tua comunicação. Também podem utilizar carrinhas para cercar um grupo. Há que ter muito cuidado nesses casos pois podem utilizá-las para lançar gases ou balas de borracha contra o grupo cercado.

### ***Em caso de detenção:***

**Se tu ou outro activista forem detidos, o grupo de apoio tomará conta da situação. Se quando fores detido não tiveres ao teu lado ninguém do teu grupo, tenta comunicar a situação a outro participante, transmitindo-lhe os teus dados (se necessário grita-lhe o teu nome enquanto te levam).**

**Se não fores detido, recolhe informação acerca do que se está a passar à tua**

volta. Se vires outros a ser detidos comunica-o a alguém do seu grupo de afinidade, a um advogado ou à pessoa que coordena a assistência jurídica durante a acção. Tenta saber os seus nomes e para que esquadra os levam.

Em caso de detenção, mantém uma atitude não violenta, honesta, inteligente e directa durante todo o percurso até à esquadra. A tua posição de não-violência é tão importante durante e depois da detenção como antes. Relaxa-te e prepara-te para enfrentar a “justiça” com segurança emocional.

Durante o teu transporte revê mentalmente os conselhos e recursos legais de que disponhas. Investe algum tempo a preparar as tuas declarações (mas recorda que não és obrigado a dizer nada).

Se há mais detidos sê solidário. Conversa e inteira-te da situação dos outros. Partilha os teus sentimentos e conhecimentos, isso aumentará a vossa força interna colectiva. A função do sistema de “justiça” penal é separar e dividir os acusados, destruir a sua força e determinação e tecer uma rede de confusão e mistificação acerca dos procedimentos legais. Se tivermos isto em conta podemos limitar estes efeitos.

Durante a detenção podes empregar diversas formas de resistência para reafirmar a tua posição. Discute estas possibilidades com os teus companheiros. Podes negar-te a colaborar total ou parcialmente com os procedimentos judiciais: negar-te a requisitar ou a conservar advogado, a ser presente a juiz ou a falar com ele ou com qualquer outra pessoa. Ou então negar-te a ser registado, a caminhar, a comer, a lavar-te e à tua cela, etc.

Não te esqueças nunca que te preparaste para isto e tens uma convicção profunda das tuas ideias, intenções e propósitos. Isso aumenta a tua segurança e a eficácia da tua resposta.

Por último, confia nos teus companheiros no exterior. De certeza que estarão a preparar-se para te ajudar. Se for a primeira vez, e dentro do possível, vive a detenção como mais uma experiência, como parte da tua aprendizagem política e pessoal para a poderes partilhar com outras pessoas que algum dia tenham que enfrentar o mesmo.

### ***Actuação do grupo de apoio***

#### **Durante a acção o grupo de apoio não se deve esquecer de:**

- observar o desenvolvimento da acção, sem intervir e sem que se possa interpretar que intervém, de modo a recolher toda a informação possível;
- em caso de detenção, avisa a assistência jurídica e quem o detido tiver especificado que gostaria de avisar. Recolher os pertences que fiquem no local depois da acção.
- também convém ao grupo de apoio que aponte as matrículas de todos os veículos policiais, data, hora e local das detenções.
- imprensa e acções posteriores programadas;

# DEPOIS DA ACÇÃO

## Avaliação da acção

Há que ter previsto um ponto de encontro depois da acção para efectuar a avaliação do que aconteceu. Às vezes convém que isto se faça imediatamente depois de terminar a acção, outras não, mas isto é sempre importante porque:

- Aprende-se o que fazer e o que não fazer em próximas acções;
- fomenta-se a comunicação e evitam-se os mal entendidos;
- é bom que o próprio grupo avalie se conseguiu ou não atingir o objectivo a que se propôs e em que medida se deve modificar ou manter esta estratégia;

**Para esta avaliação deve tomar-se em linha de conta:**

- Avaliar o resultado da acção relativamente aos objectivos;
- dar espaço para as observações do grupo de apoio;
- dar espaço a uma avaliação pessoal e interior de todos os participantes sobre o desenrolar da acção, os momentos chave, sentimentos, etc.

É necessário pôr esta avaliação por escrito e tê-la em mãos antes da realização de outra acção, para recordar o que correu bem e mal. É aconselhável começar a preparação da acção seguinte lendo a avaliação da anterior.



# Anexo 1

## Técnicas de resistência não violenta

Se estás determinado em passar à acção convém que conheças e pratiques estes simples exercícios de resistência corporal, de preferência como um jogo, um teatro, para depois poderes avaliar todos os erros e impactos psicológicos. É imprescindível que se pratiquem estas técnicas com alguém que tenha experiência e se faça a avaliação das vantagens e desvantagens de cada uma segundo o momento e as circunstâncias de cada acção, grupo e pessoa.

### ***O morto ou o mole***

Trata-se de uma “exemplar e espectacular” técnica de não-cooperação para com o despejo dos participantes e a sua evacuação. Consiste em relaxar todo o corpo, fazendo peso – aquilo que normalmente se entende por peso morto – quando a polícia te vem buscar para te levar. Se se deixar cair todo o peso do nosso corpo e com um pouco de prática torna-se tão difícil remover-te como a um polvo ou uma lapa. Tenta fazê-lo e verás que é muito mais eficaz do que resistir com o corpo rígido e teso, a espernear ou a esbracejar, pois se aplicares algum tipo de força isso será utilizado contra ti.

Para evitar magoares-te, nunca deixes cair a cabeça, especialmente para trás. Não feches os olhos, para continuares atento ao que se passa e evita a insegurança. Tem especial cuidado em terrenos complicados, como escadas, etc.

### ***O ovo***

Serve para nos protegermos ao máximo numa situação extrema de violência policial. Põe a nu quem exerce a violência e permite que eventuais testemunhas possam atestar que te estão a agredir. Serve também de pedido de ajuda e normalmente diminui a agressividade do teu opositor.

Consiste em enrolar-se ao máximo, deitarmo-nos no chão em posição fetal protegendo bem a nuca, os genitais e o ventre. Deves deitar-te sempre sobre a parte direita do teu corpo para resguardar o fígado. As mãos cobrem a nuca, com os punhos fechados, nunca entrelaçando os dedos e com os polegares escondidos na palma da mão. Se a oportunidade surgir faz um ovo com as costas contra a parede para também a protegeres e poderes utilizar a visão contra o teu agressor. Uma variante possível é o “ovo duplo”. Consiste em fazer um ovo por cima de uma pessoa que já está nessa posição. Esta técnica, que pode ser utilizada com mais pessoas ainda criando um efeito de “monte humano”, cria um efeito de muita solidariedade e desconcerta a polícia.

## **O “esparquete”**

Utiliza-se para nos libertarmos com urgência da polícia enquanto esta nos leva presos e assim poder regressar ao grupo ou ajudar alguém.

Consiste em dar a volta rapidamente quando nos estão a levar pelos braços e pelas pernas. Ao fazê-lo caímos no chão “de gatas” e temos uma breve oportunidade para fugir. Esta técnica assenta num certo factor surpresa e depois de um participante a exercer será mais difícil para os outros terem sucesso.

Também o podemos fazer quando estamos a ser arrastados pelos pés.

## **O histérico**

Normalmente utiliza-se quando nos separam do grupo e vamos ser agredidos pela polícia. Como o nome indica consiste em simular uma crise nervosa, um “ataque”, gritando, esperneando, etc. É importante, na medida do possível, que o grupo saiba que a vais utilizar, para que não fique preocupado contigo.

## **A “sentada”**

Serve para bloquear certos espaços, como estradas e entradas para edifícios, etc quando somos confrontados com uma possível carga policial. Também se podem utilizar para separar e identificar agentes provocadores ou agitadores da polícia infiltrados, pois quando pedimos às pessoas que se sentem estes não saberão utilizar esta técnica.

A técnica consiste em sentar-se no solo e tentar permanecer assim durante todo o tempo previsto. Para uma maior eficácia podemos entrelaçar os braços (nunca as mãos) e as pernas. Podem fazer-se em várias filas ou em círculos concêntricos, sendo que estes últimos são mais difíceis de romper., tanto com as pessoas viradas para fora (permite ver melhor mas prejudica a comunicação) como com elas viradas para dentro (facilita a comunicação mas prejudica a visão do que está a acontecer). Se forem utilizados canhões de água podemos resistir muito mais tempo cobrindo-nos com um plástico que actue como tenda.

Quando a policia actuar irá tentar separar os participantes em algum ponto da cadeia. É melhor ter combinada uma senha para (um a um) nos libertarmos da cadeia antes que nos magoem. Esta técnica deve ser combinada com a do “morto” ou “mole”.A sentada interage muito bem acompanhada de canções que assim animarão os participantes.

## **O “tapete humano”**

Consiste em interromper um caminho ou um acesso deitando-se no solo de modo a ocupar o máximo de espaço possível. Podemos agarrar os tornozelos dos outros de maneira a formar uma corrente, mas a nossa cabeça deve ficar longe da área de movimento das pernas do outro. Se há espaço também o podemos fazer por filas, com as cabeças no meio e os pés virados para fora de ambos os lados. Este método, para além de proteger mais as cabeças, favorece a comunicação e é muito impressionante se existem muitos participantes.

# Uma Pequena HISTÓRIA da Acção Directa Não-violenta (ADNV)

Sendo certo que a maior ou menor antiguidade de uma prática não a legitima, as poucas linhas que se seguem sobre a história da ADNV (acção directa não-violenta) não partem do pressuposto de que, em caso de se encontrarem remotos precedentes, a ADNV seja melhor per si. Mas também é certo que no grande relato da História, estas acções humildes, colectivas e sem protagonistas nominais, desapareceram, muitas das vezes, porque não foram contadas, escapando-nos a possibilidade de reflectir sobre as mesmas, valorizá-las e repeti-las.

É difícil seguir o rastro das origens históricas da ADNV, pois desde o início dos tempos que há acções de resistência que não empregaram violência. Outra coisa, é investigar o início e contextos em que começa a utilizar-se de um modo, se não sistemático, pelo menos habitual, por convencimento de que o protesto não violento é um meio eficaz em si mesmo, e que se decide utilizar estrategicamente, mesmo quando haja outras formas de protesto disponíveis (na realidade, sempre houve alternativas violentas). As exigências formais de uma acção directa política para ser considerada não violenta são, pela sua própria natureza, muito complicadas de perseguir na documentação, sobretudo as acções genericamente consideradas resistentes e desobedientes.

A propósito, o exemplo de uma acção que ocorreu no século I a.C., protagonizado por uma patricia romana chamada Hortênsia. Perante a petição dos triunviros (os governantes) para obterem mais recursos económicos para sustentar uma guerra fratricida, esta mulher, em representação da sua classe, dirigiu-se ao fórum, espaço masculino e de decisão política por excelência, para pronunciar um discurso incendiário. Neste, expunha claramente por que se negavam a pagar impostos para a guerra, apoiando a razão em três pontos: porque nunca outras mulheres haviam sido submetidas a essa obrigação; porque não consideravam legítima uma guerra civil, pelo que se negavam sustentá-la; e porque, não podendo elas ostentar o poder, não se sentiam solidárias com as decisões que os seus detentores tomavam. Privadas dos seus maridos (na guerra) e livres portanto para decidir o que fazer e como fazê-lo, oferecem uma lição política.

Como é normal, as ADNV floresceram mais em contextos com ideologias que deslegitimam a violência como forma de regular conflitos. No Ocidente, a maior expressão encontra-se no cristianismo evangélico dos primeiros sécu-

los, ou em certas tendências deste, mais recentes. Já no século XIX assistimos também a campanhas não violentas de corte mais estratégico ou pragmático, como a de alguns movimentos revolucionários nacionalistas em impérios como o britânico, russo e austro-húngaro. Também o movimento sufragista empregou a acção directa não-violenta nas suas campanhas para pedir o voto das mulheres, pois já desde o seu início que o movimento feminista havia planeado uma renovação dos métodos da acção política, já que muitos reproduziam modelos patriarcais.

Em todos estes movimentos se inspirou Thoreau para elaborar o conceito de desobediência civil como estratégia de revolução, o que impressionou muito o escritor Lev Tolstoi, mergulhado numa profunda crise espiritual que marcou os últimos anos da sua vida. Tolstoi teorizou sobre o poder, trazendo à luz o lado obscuro da repressão e dominação e dotou de um sentido político a negativa de realizar o serviço militar que alguns sectores protestantes praticavam sistematicamente. O seu apelo à desobediência foi amplamente reconhecido durante a primeira guerra mundial quando a objecção de consciência se converteu num fenómeno de massas, com dezenas de milhares de jovens e menos jovens de todos os países em conflito a negarem-se a converter-se em soldados (ainda que simultaneamente outros milhões o fizessem). Graças a Tolstoi, a objecção de consciência deixou de ser em muitos casos um assunto de coerência pessoal e passou a converter-se num desafio à ordem estabelecida.

Há que ter em conta, não obstante, que o recurso a métodos violentos como forma de acção política haviam sido já partilhados por muitos socialistas utópicos do século XIX, quer cristãos quer ateus. É certo que entre as correntes socialistas dominantes (socialismo, comunismo e anarquismo) se optou pela doutrina da revolução operária, elaborando uma doutrina da guerra justa que legitimava o derramamento de sangue e que, inclusive, muitas vezes o exaltava. Há que assinalar a excepção para o anarquismo holandês, muito influenciado pela sua principal figura, Ferdinand Domela, que defendia o antimilitarismo pacifista não violento. Por seu lado, a Liga Internacional de Mulheres para a Paz promoveu acções pela paz antes da I Guerra Mundial. As mulheres mostraram a sua capacidade para se unir perante o confronto armado entre os seus países. Recolheram 12 milhões de assinaturas de mulheres de 26 países contra a guerra e pela neutralidade.

Foi sem dúvida o indiano M. Gandhi o grande divulgador das virtudes da acção política sem violência, sobretudo pela conceptualização que fez da ADNV. Antes da I Guerra Mundial, Gandhi já tinha desenvolvido campanhas de desobediência contra a discriminação racial na África do Sul, e depois fez o

mesmo na Índia. Ali, num regresso revolucionário auspiciado pelo Congresso Hindu, realizou e promoveu numerosas acções não-violentas, jejuns e greves de fome para protestar contra a política colonialista britânica. Pouco a pouco as suas acções foram passando fronteiras e Gandhi converteu-se numa personagem muito conhecida na época. O francês Romain Rolland, o estadunidense Richard Gregg ou o actor italiano Giuseppe Lanza del Vasto acorreram à Índia para reunir-se com ele e aprender a sua filosofia. Estes autores seriam os grandes introdutores de Gandhi no Ocidente, ao trazer uma visão favorável, inclusive idealizada, do seu movimento, criando movimentos gandhianos em contextos díspares.

Mas Gandhi não inventou o seu repertório não violento do nada, se não que, tal como Thoreau também se inspirou noutras acções incruentas (anteriormente levadas a cabo em muitas partes do mundo), entusiasmado pelo próprio Tolstoi, com o qual manteve abundante correspondência. Gandhi foi, sim, o inventor do conceito de não-violência, que empregou pela primeira vez em 1920, ao aplicar ao contexto político nacionalista que viveu o conceito jainista de ahimsa (do snacrito *himsa*, “violência”, precedido do partícula negativa a). A par, desenvolveu outros conceitos imprescindíveis para a sua teoria de acção política como *satya* (verdade relativa), *sarvodaya* (bem-estar), *swaraj* (autodeterminação), *swadeshi* (autosuficiência), e, supostamente, *satyagraha* (“acção directa não-violenta”).<sup>(1)</sup>

Se bem que a Gandhi o povo chamou Mahatma, o *Espírito Grande* na Índia, houve outra figura no Paquistão a quem apelidaram de *Badshah Khan*, o rei dos reis (ou melhor, o chefe dos chefes), e que foi quem construiu uma aplicação prática da doutrina não-violenta no contexto muçulmano. Este homem foi Abdul Gaffar Khan, que criou em 1929 um “exército não-violento”<sup>(2)</sup>, aproveitando as qualidades guerreiras da tribo dos *pathan* (pastunes), desviando-as para a não-violência: acção, coragem, entrega... ainda que com oficiais, uniformes e bandeiras. Fizeram-se chamar de *Khudai Khidmatgar*, “servos de Deus”, e prometeram dedicar duas horas por dia a uma causa social, abster-se da violência, levar uma vida simples e evitar a preguiça e o mal.

A partir de 1930, o Congresso Hindu iniciou as campanhas de desobediência massiva, que teve a sua maior expressão na Marcha do Sal (cuja extracção e

---

(1) As traduções dos conceitos não são literais, *sarvodaya* significa despertar, *swaraj* – independência, *swadeshi* – pertencente ao próprio país, *satyagraha* – força o caminho da verdade.

(2) Detalhes biográficos extraídos da biografia de Gaffar Khan, de Eknath Easwaran: *Nonviolent Soldier of Islam*, Nilgiri Press, Califórnia, 1984-1999.

comercialização era dominada pelos ingleses), liderada por Gandhi. Ainda que Gaffar Khan fosse muçulmano, juntou-se à estratégia e arrastou muitos pastunes para o movimento.

Enquanto Gaffar Khan e Gandhi iam organizando o seu movimento independentista não-violento na Índia colonial, o Ocidente, chocado com a violência da I Guerra Mundial, havia formado importantes movimentos pacifistas através da união de grupos de objectores, cristão, anarquistas e feministas. Confluíam, portanto, a força dos movimentos pacifistas do momento e o interesse por formas de acção política incruenta, gerando-se o ambiente adequado ao aparecimento, nos anos 20 e 30 do século XX, das primeiras obras sobre não-violência. Além disso, por todo o lado começava-se a discutir sobre a legitimidade da violência e os efeitos da não-violência. Este seria, por exemplo, o debate que os anarquistas holandeses, liderados por Bart de Ligt, queriam provocar. O projecto internacionalista antrimitarista não violento moldou-se por impulso do próprio Bart de Ligt, entre outros, com a criação, em 1921, da *War Resisters' International (WRI)* – Internacional de Resistentes à Guerra (IRG, em castelhano), inicialmente mediante a coordenação dos movimentos de resistência da guerra e dos combatentes na I Guerra Mundial a partir de uma perspectiva anarco-pacifista. Desde então esta organização aglutinou movimentos antimilitaristas e pacifistas de todo o mundo e personagens tão distintos como Albret Einstein, Mohandas Gandhi, Lanza del Vasto, Danilo Dolci, Jean Marie Muller, Michael Randle ou Johan Galtung, todos eles teóricos da não-violência de um ou de outro ponto de vista. <sup>(3)</sup>

Os esforços das organizações pacifistas vinculadas à WRI e outras organizações internacionais, como *International Fellowship of Reconciliation (IFOR)*, não puderam evitar a hecatombe da II Guerra Mundial, mas sem dúvida inspiraram numerosas situações de resistência não-violenta antes e durante o maior conflito armado da história. Depois da guerra, nos anos 50 e 60, viveram-se importantes campanhas não-violentas em diferentes partes do mundo, como as campanhas pelos direitos civis dos afro-americanos levadas a cabo por Martin Luther King nos EUA ou pela melhoria de condições laborais dos latinos por César Chávez, no mesmo país, as melhorias sociais por Danilo Dolci, na Sicília, ou Saul Alinsky, nos EUA, a teoria da libertação não-violenta de Adolfo Pérez Esquivel, na América latina, a fracassada campanha contra a discriminação tamil de Chelvanayakam no então Ceilão e agora Sri Lank.

---

(3) Pode ser comprovado através da monumental obra de Devi Prasad: *War is a crime against humanity. The story of War Resisters' International, WRI*, Londres, 2005.

Ou pela independência da Zâmbia, por Kenneth Kaunda, e a de Ghana, por Kwane Nkrumah. De todas estas acções, ainda que a maioria realizadas com êxito e capazes de transformar profundamente as realidades em que se concretizaram, as campanhas de Martin Luther King são, sem dúvida, as mais conhecidas. Servem como exemplo o boicote aos autocarros de Montgomery, iniciado por Rosa Parks, contra a segregação racista no uso dos assentos, e a marcha em Washington pelo Trabalho e a Liberdade (1963) – na qual pronunciou o famoso discurso *I have a dream* – que culminaram na promulgação da lei dos Direitos Civis e a Lei do Direito de Voto. Para Luther King a ADNV era entendida como uma forma de forçar a negociação quando o opositor, em posição de poder, se nega a tal.

Nos anos seguintes, em plena Guerra-Fria, as campanhas contra as armas nucleares e a oposição à guerra no Vietname nos EUA voltaram a trazer a público o debate sobre a legitimidade da desobediência civil e a acção directa não-violenta, sobretudo após a extensão do seu uso, graças ao êxito mediático de Martin Luther King. Deste modo, redefiniu-se o conceito devido aos esforços para legitimar estas campanhas, em que muitas vezes participaram intelectuais como Bertrand Russel (já ancião), Erich Fromm, Noam Chomsky, Howard Zinn, Edward Palmer Thompson ou Peter Singer. Por sua vez, a Greenpeace, fundada em Vancouver, Canadá, em 1971, iniciava espectaculares ADNVs renovando por completo o movimento ecologista e inspirando novas formas de acção a todos os movimentos sociais. Vivia-se, portanto, uma redefinição contínua do próprio conceito de desobediência civil para incluir ou excluir as diferentes acções directas que estes e outros movimentos iam fazendo na sua prática política. Já não se discutia sobre a legitimidade ou não da desobediência civil, se não que se tinha chegado a um entendimento tácito de que a desobediência civil era uma forma legítima de acção cidadã. Consequentemente, o debate transferira-se para a reflexão sobre se certas formas de acção directa não-violenta que implicavam desobediência se podiam considerar ou não como tal, com o intuito de perceber se eram legítimas ou não. Deste modo, o conceito “desobediência civil” passou a discutir-se já não só entre activistas que procuravam a legitimação dos seus actos de desobediência, mas também entre teóricos que integravam o conceito nas suas teorias da democracia.

Neste contexto, o estadunidense Gene Sharp publicava em 1973 *The Politics of Nonviolent Action* <sup>(4)</sup>, considerado o tratado mais importante sobre não-violência publicado até à data. Este pensador foi um dos primeiros a sistematizar o campo da não-violência e sem dúvida é o autor mais reconhecido.

---

(4) Gene Sharp: *The politics of nonviolent action*. Porter Sargent Publishers, 3 vols. Boston, 2000 (primeira edição de 1973).

Classificou e catalogou quase 200 formas diferentes de ADNV e proporcionou numerosos exemplos históricos que se tornaram habituais em qualquer manual de acção não-violenta. Além disso, Sharp analisou a problemática da logística com que se enfrentam activistas que realizam acções não-violentas, nomeadamente riscos, medos, lideranças, repressão, solidariedade, disciplina, ou como ganhar apoio de terceiros. Escreveu também um ensaio sobre a redistribuição do poder que gera a não-violência e a canónica classificação das formas de obter o êxito: dos movimentos não violentos, enumerando todos os factores que podem interferir em cada uma delas.

A par de Gene Sharp, o francês Jean Marie Muller direccionou, desde os anos 70, os seus escritos para os movimentos sociais de qualquer âmbito e a sua obra foi internacionalmente aplicada a diferentes contextos. Para Muller, a chave está na distinção entre conceitos de psicologia social, como conflito, agressividade, luta e força, para estabelecer uma diferenciação clara entre violência e não-violência, considerando esta última como uma forma de acção com modelos próprios, o que a converte, em si mesma, numa estratégia social e política. Deste modo, para este autor, esta estratégia implica utilizar sempre técnicas de acção não-violentas, distanciando-se do uso que de técnicas não-violentas se fazem em estratégias violentas postas em marcha por grupos armados, ao considerá-las contraditórias e ineficazes nesse contexto. Muller fixa-se, portanto, em questões como planificação, legitimidade e princípios estratégicos, nomeadamente a não-colaboração ou o desafio à repressão ou rentabilidade dos meios de comunicação.

Actualmente, outros autores e instituições dedicam-se à divulgação da acção não-violenta. Nos EUA, além da *Albert Einstein Institution* de Sharp, da *War Resisters League* e do IFOR, destaca-se o International Center on Nonviolent Conflict em Washington, DC. Esta instituição foi fundada por Peter Ackerman, coautor com Jack Duvall de dois importantes revisões históricas sobre acção não-violenta: *A force more powerfull* e *Strategic Nonviolent Conflict*<sup>(5)</sup>, que deram origem a documentários de televisão e jogos de computador.

---

(5) Peter Ackerman e Jack Duval: *A force more powerfull*. A century of nonviolent conflict. Palgrave/St. Martins Press, 2001; Peter Ackerman e Jack Duval: *Strategic Nonviolent Conflict: The Dynamics of People Power in the Twentieth Century*. Praeger, 1994.

Em Espanha, Gonzalo Árias foi o autor que, desde a década de 70, empreendeu a tarefa de introduzir as diferentes perspectivas da teoria da não-violência. Este autor, de perspectivas pacifista cristã, além de traduzir textos anteriores (6), acrescentou o seu “grãozinho de areia” nas teoria da defesa não-violenta, desenvolvendo a ideia de um “exército incruento”. Paralelamente, a secção espanhola da IRG, o Movimento de Objecção de Consciência, criado nos anos 70 por objectores de consciência, desenhava acções não violentas para as suas campanhas de insubmissão ao serviço militar e renovava as formas de acção, estendendo as reflexões sobre antimilitarismo a outros movimentos sociais. Esta associação, agora chamada Alternativa Antimilitarista-MOC (junto com outras organizações como Kakitzak, Arca de Lanza del Vasto, Movimento Internacional de Reconciliação – MIR, secção espanhola da IFOR, Justiça e Paz, Universidade Internacional de La Pau, Casa da Paz de Sevilha, Assembleia Antimilitarista de Madrid, Colectivo Educação e Não-Violência, Utopia Contagiosa ou Gasteizkoak) também têm tratado de levar à sociedade o debate sobre a necessidade de uma desmilitarização urgente e imprescindível.

Em Portugal, a história da ADNv está por fazer. Se não pela prática, porque ao longo dos tempos as acções directas não-violentas foram com certeza pontualmente acontecendo, está, no entanto, por inventariar e sistematizar o seu recurso enquanto metodologia de intervenção, como princípio e fim em si mesmo, que pode ser utilizada em múltiplos protestos.



Apesar do carácter não violento dos protestos, os manifestantes são agredidos pela polícia. 1961, África do Sul, país onde, 40 anos antes, Gandhi realizou as primeiras campanhas de desobediência contra a discriminação racial.





novembro de dois mi e dez